

Universidade de Brasília
Departamento de Economia
Disciplina: Macroeconomia I
Professor: Carlos Alberto
Período: 2/2013
Segunda Prova

Questões

1. Assuma um país pequeno, com taxa de câmbio flexível e perfeita mobilidade de capitais. O modelo macro seria o seguinte:

$$\begin{aligned}C &= 0,8Y_d \\i^* &= 12 \\T &= 0,25Y \\X &= 150 + 14e \\I &= 300 - 5i \\M_{imp} &= 50 - 6e + 0,1Y \\G &= 400 \\M_d &= 0,2Y - 12i \\M_s &= 160\end{aligned}$$

(Os símbolos são os que utilizamos na sala de aula e não precisam especificação)

a) Resolva o modelo (esta questão vale 0.5 ponto);

b) agora suponha que o governo tenha como objetivo que as exportações líquidas (exportações menos importações) seja igual a 18. Determine todas as políticas possíveis para atingir esse objetivo e resolva o modelo em cada uma delas. (esta questão vale três pontos)

Resposta: a) dada a hipótese de país pequeno, perfeita mobilidade de capitais e taxa de câmbio flexível, o nível de renda de equilíbrio se determina no ponto de interseção da BP horizontal (com $i^*=12$) e a LM. A LM no modelo anterior é:

$$LM: Y = 800 + 60i$$

Com $i=12$, temos que $Y=1.520$.

Agora vamos para a IS, que seria:

$$IS: Y = 1600 + 20e - 10i$$

Uma vez que $Y=1520$ e $i=12$, fica determinada a taxa de câmbio: $e=2$.

Desde outra perspectiva: dada a hipótese de taxa de câmbio flexível, a taxa de câmbio é endógena e tem que situar a IS no ponto de interseção da LM com a taxa de juros internacional.

b) no caso do governo querer que $X-Mimp = 18$, temos duas alternativas.

b.1.) A primeira consiste em manter o nível de renda em 1.520 e mudar a composição da IS. Nesse caso fazemos:

$$X-Mimp = 18 = 200 + 10e - 0.1Y$$

Uma vez que $Y = 1.520$ (foi determinado pela interseção da LM com a taxa de juros internacional), fica determinada a taxa de câmbio: $e = 7$.

Com essa taxa de câmbio vamos para a IS e dado Y , i e e , fica endogenamente determinado G . Ou seja, o governo tem que implementar uma política fiscal compatível com o objetivo de saldo líquido no balanço comercial de 18. Nesse caso, o $G=350$. Ou seja, o governo tem que cortar gastos em 50 ($\Delta G=-50$).

b.2.) A segunda alternativa consiste em implementar uma política monetária compatível com o objetivo de saldo 18 no balanço comercial. Nesse caso deixamos em aberto MS. Assim, temos três equações e três incógnitas (Y , MS e e). O sistema seria:

$$IS: Y = 1.480 + 20e$$

$$LM: Y = 720 + 5Ms$$

$$\text{Saldo Balanço Comercial} = 18: Y = 820 + 100e.$$

Resolvendo temos que: $Y = 1.645$; $e = 8.25$ e $Ms = 185$. Ou seja, o governo tem que aumentar a oferta de dinheiro em 25.

2. Questão da ANPEC 2002:

“Em uma economia grande, com taxa de câmbio flexível, uma política fiscal expansionista eleva a taxa de juros e, portanto, reduz o investimento privado”

Essa afirmativa é verdadeira ou falsa ?

(Esta questão não precisa ser justificada, só responder se é verdadeira ou falsa. No caso de a resposta ser correta ganha um ponto. No caso de ser incorreta será descontado um ponto. Se não responder não ganha nem perde pontos)

Resposta: Verdadeiro. Partindo de um ponto de equilíbrio (interseção da IS-LM-BP), uma política fiscal expansionista desloca a IS para a direita, o que provocará uma elevação na taxa de juros. Contudo, esse deslocamento provocará um desequilíbrio no setor externo que redundará em uma desvalorização, deslocando outra vez a IS para a direita e a BP (também para a direita). O resultado final será um novo aumento na taxa de juros. Assim, uma política fiscal expansionista resultará em uma nova posição de equilíbrio com nível de renda e taxa de juros maior que no ponto inicial. Assumindo, como é usual nos modelos macro, que o investimento é sensível à taxa de juros, este acabará sendo penalizado.

3. Questão da ANPEC 2004. Avalie a seguinte afirmação:

“Numa economia aberta em que a condição de paridade de juros é satisfeita, os efeitos de uma política monetária contracionista são a diminuição do produto, o aumento da taxa de juros e a apreciação da moeda doméstica, qualquer que seja o regime cambial vigente”

Essa afirmativa é verdadeira ou falsa?

(Esta questão não precisa ser justificada, só responder se for verdadeira ou falsa. No caso de a resposta ser correta ganha um ponto. No caso de ser incorreta desconto um ponto. Se não responder não ganha nem perde pontos)

Resposta: falsa. Enfatizei várias vezes na sala de aula que, em um regime de taxa de câmbio fixa, a LM é endógena (o BC é incapaz de implementar uma política monetária ativa).

4. Questão da ANPEC 2005. Avalie a seguinte afirmação:

“Em um regime de taxas de câmbio flutuantes e perfeita mobilidade de capitais, expansões fiscais são ineficazes para influenciar a renda”

Essa afirmativa é verdadeira ou falsa?

(Esta questão não precisa ser justificada, só responder se for verdadeira ou falsa. No caso de a resposta ser correta ganha um ponto. No caso de ser incorreta desconto um ponto. Se não responder não ganha nem perde pontos)

Resposta: verdadeiro. Enfatizei várias vezes na sala de aula que, em um regime de taxa de câmbio flutuante, a IS é endógena (o equilíbrio é atingido quando a BP faz interseção com a LM).

5. Assuma que estamos diante de um país grande, livre movimentação de capitais e taxa de câmbio fixa. O modelo seria o seguinte:

$$\begin{aligned}C &= 200 + 0.8 Y_d - 500 i \\G &= 100 \\T &= 0.25 Y \\I &= 150 - 1000 i \\X-M &= 100 - 0.1Y - 100 e \\SE &= 2000 i - 100 \\M_d &= 2Y - 5.000 i \\M_S &= 500 \\e &= 0.75\end{aligned}$$

Resolvendo esse modelo temos que $Y = 924$ e $i = 0.0087$. Ocorre que, com esses valores de equilíbrio do modelo, o resultado é um superávit fiscal ($T-G= 131$) e um superávit no balanço comercial ($X-M=6.74$). Assumamos que o objetivo do governo consista em mudar essa situação. Ele quer ter equilíbrio orçamentário ($T-G=0$) e equilíbrio no balanço comercial ($X-M=0$). Paralelamente, quer manter o sistema de taxa de câmbio fixo mas não pretende alterar a oferta de Moeda. Assim o desafio dos gestores de política consiste em determinar a nova taxa de câmbio e o novo nível de gastos públicos de tal forma que o balanço comercial e o déficit público estejam zerados sem o governo ser obrigado a mudar a MS.

(Esta questão vale 2.5 pontos).

Resposta: Uma vez que $X-M = 0$, temos que

$$e = 1 - 0.01Y$$

Assumindo esse equilíbrio entre importações e exportações, a IS fica:

$$0.4 Y = 350 + G - 1.500 i$$

Por outra parte, dado que $G=T$ e $T = 0.25 Y$, temos que $G = 0.25 Y$. Assim, a IS fica:

$$Y = 2.333 - 10.000 i$$

Como o governo não quer mudar a oferta de moeda, temos que a LM será:

$$Y = 250 + 2.500 i$$

Igualando a IS à LM temos que: $Y = 667$ e $i = 0.17$. Com esses valores os gastos do governo devem ser de 167 e o valor nominal a ser fixado para a taxa de câmbio será de 0.67.

6. Samuel Pessoa (FGV/RJ), na sua coluna da **Folha de São Paulo** do Domingo (22/10/2013. As Novas Concessões Ferroviárias, **Caderno Mercado**) afirma:

“O primeiro, é que não há justificativa para o Tesouro subsidiar transporte de mercadorias. Transportar soja, por exemplo, é diferente de construir metrô nas grandes metrópoles. Quando alguém vai ao trabalho empregando transporte coletivo, colabora para reduzir o congestionamento, além de não poluir o ar. Não há os mesmos efeitos externos positivos no frete de bens primários. Justifica-se a concessão, mas não o subsídio. No limite, o contribuinte subsidiará o consumidor chinês de soja. Não faz sentido.”

Na sala de aula estudamos os mecanismos de determinação de preços nos diferentes setores (comercializáveis, não-comercializáveis e administrados). Com base nesses mecanismos, identifique o erro cometido por Samuel Pessoa nas suas conclusões.

(Esta questão vale um ponto).

Resposta: na sala de aula vimos que, no caso das commodities, como a soja, o preço interno é igual ao preço internacional vezes a taxa de câmbio. Os chineses pagam a soja ao preço internacional (em dólar) e os produtores nacionais recebem esse preço internacional vezes a taxa de câmbio. Os subsídios ao transporte de soja não altera o preço internacional da soja paga pelos chineses. Ou seja, os chineses não vão ser subsidiados pelos subsídios ao transporte interno. Como a taxa de lucro dos produtores locais vai ser a diferença entre a receita bruta (preço internacional vezes taxa de câmbio) menos custos e impostos, muito provavelmente a taxa de lucro vai aumentar com os subsídios ao transporte. Ou seja, não serão os chineses os subsidiados senão os produtores brasileiros (logicamente que esse fato não justifica o subsídio). A única possibilidade de os chineses serem subsidiados seria assumir a hipótese (extremamente forte e pouco provável) que os subsídios ao transporte de soja no Brasil alterem seu preço internacional.